

CADERNO DE RESUMOS DA COMUNICAÇÃO COORDENADA 5

Sessão: CC_05A	
Horário: 07/10 das 14:30h às 16:30h	
Local: Auditório 1 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)	
Título da comunicação coordenada (submissão 49)	
O papel educativo dos objetos de arte e arqueologia, e de sua manipulação	
Eixo temático: Direito e educação	
Participantes	Afiliação
Henrique Augusto Mourao (Coordenador)	Ordem dos Advogados do Brasil - MG
Advogado. Mestre em Arqueologia pela USP. Doutorando em Patrimonio e Territorio pela Universidad de Cordoba, Espanha. Coordenador de Direito do Patrimonio Historico e Cultural da Escola Superior de Advocacia da OAB-MG. Diretor do Instituto Terra e Memoria (Portugal, Brasil).	
Carlos Magno Guimaraes	ONG ECOANZOL
É doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1999). Graduado em História (1974), possui especialização em Arqueologia e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais. Desenvolve pesquisas na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica, atuando principalmente nos seguintes temas: Minas Gerais, Século XVIII, campesinato, quilombos, mineração colonial. É coordenador do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG desde sua criação, em 1995 e também coordenador do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Foi editor de Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica desde sua criação até setembro de 2014.	
Pedro Machado Mastrobuon	Conselheiro do Museu de Arte Contemporânea - SP
Advogado especializado em direitos autorais. Possui formação acadêmica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC/SP. 1993, vencedor do prêmio Arruda Alvim de Direito Processual Civil. Graduiu-se nos cursos de “Storia dell’Arte Italiana” e de “Letteratura Italiana” pelo Istituto Italiano di Cultura. Exerceu a Presidência do IAC – Instituto de Arte Contemporânea, museu abrigado pela USP – Universidade de São Paulo. Sócio fundador e atual diretor jurídico do IAVAM – Instituto Alfredo Volpi de Arte Moderna. Diretor jurídico do Instituto Cultural Thomaz Ianelli e, ainda, da Editora Musical João Pacífico. Vice Presidente e Membro efetivo da Comissão de Direito às Artes da OAB/SP. Precursor no Brasil no uso de ação declaratória de Usucapião em obras de arte, criando jurisprudência inédita. Medida reconhecida por Museus, Institutos Culturais e afins como eficaz na defesa da patrimônio cultural.	
Jose Adercio Sampaio Leite	Escola Superior Dom Helder Câmara
Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais(1992), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais(1997) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais(2001). Atualmente é Professor Adjunto III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Procurador da República do Ministerio Publico Federal, professor titular da Escola Superior Dom Helder Câmara, Membro de corpo editorial da Revista Científica da Fundação Escola Superior do MPDFT, Revisor de periódico da Pensar (UNIFOR), Membro de corpo editorial da Revista Brasileira de Direito Constitucional (Impresso) e Membro de corpo editorial da REVISTAS ESTUDOS INSTITUCIONAIS. Tem experiência na área de Direito.	
Camila Fernandes de Moraes	Universidade Federal de Minas Gerais
Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012) e graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela mesma Universidade. Atualmente, trabalha no Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Atualmente trabalha na área de pesquisa de arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica.	

Resumo Geral

A sociedade atual reconhece a importância dos objetos artísticos e arqueológicos para os cidadãos. Essa importância é geralmente relacionada com questões de aprendizagem de conhecimentos sobre o passado e de formação e consolidação de identidades. A dimensão da manipulação de objetos é igualmente reconhecida na literatura especializada sobre processos de aprendizagem, porém existe limitada reflexão sobre essa temática no campo específico dos objetos de patrimônio cultural. Existe, por exemplo, legislação diferenciada no tratamento de bens artísticos e arqueológicos no que respeita a sua possível apropriação privada ou intercâmbio. Enquanto a posse doméstica de certos bens, como pinturas ou esculturas, é permitida e mesmo estimulada, como fator de formação de cidadania, no que respeita a outros, e em particular aos arqueológicos, é prática e divergente. Seguindo o espírito das conferências da UNESCO, de promover a construção de processos acadêmicos na interface com outros agentes sociais de conhecimento, nesta sessão estarão presentes perspectivas emergindo da investigação arqueológica, da pesquisa jurídica, do colecionismo patrimonial, da fiscalização da lei, envolvendo responsáveis nestes domínios. A temática já foi anteriormente abordada em sessões acadêmicas com a colaboração do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas, na Europa, em debates acadêmicos promovidos pela OAB no Brasil. Porém esta sessão é a primeira que reúne os diversos setores relevantes, buscando sistematizar as questões para eventual reporte à Conferência Mundial, em 2017.

Resumo individual 1

Autor: Henrique Augusto Mourão

O Projeto Olhos D'água é desenvolvido pela ONG Ecoanzol, com foco em Recursos Hídricos - PSA Hídrico, por meio de unidades demonstrativas, com práticas integradas de recuperação e conservação de 43 ha de Áreas de Preservação Permanente (APP), na sub-bacia 5004 Itaocara-Foz, da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, em três localidades do município de Carapebus/RJ, onde estão 34 propriedades rurais de assentados. Suas ações são executadas em parceria com a Ecoanzol, financiadas pela Associação Pró-gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (AGEVAP), em parceria direta com a Associação de Agricultores 25 de Março. O Projeto busca novas metodologias para a recuperação de recursos naturais hídricos, onde o solo e vegetação foram degradadas e continuam com atividades econômicas de exploração agropecuária, além de construir uma experiência de gestão participativa com todos os atores participantes. O público-alvo são agricultores familiares e agentes públicos, envolvendo cerca de 60 pessoas nesta etapa, considerados os principais agentes de transformação. Pelo monitoramento e avaliação, os primeiros resultados positivos foram as mudanças nas práticas de intervenção dos recursos naturais e o comprometimento com as tomadas de decisões sobre rumos do projeto, criando um empoderamento popular reconhecível. O projeto se expande com outros parceiros, por meio da Unidade Gestora do Projeto, como o PARNA Jurubatiba, IFFluminense, EMATER, CBH/BPSI e ProAmbiental, além de pesquisadores, que, para além da intervenção no campo, com foco em reflorestamento e conservação, defendem a concepção do Projeto como ferramenta educativa e integradora, que proporcione o entendimento da verdadeira importância da preservação ambiental e produção hídrica, desmistificando a afirmação constante no meio de que o produtor está perdendo terra para conservar. As ações iniciais estão propostas para 24 meses e são realizadas por meio de módulos que passam pela mobilização e sensibilização, formação, gestão, monitoramento e avaliação.

Resumo individual 2

Autor: Edvaneio Jorge da Silva

Durante muito tempo, colecionar e comercializar objetos antigos foram atividades legítimas. E, até hoje, há uma grande diversidade e um grande número de pessoas envolvidas com antiguidades que reivindicam esses objetos, acreditando que têm o direito de usá-los e de possuí-los. Todavia, as convenções da UNESCO vigentes se opõem a isso. Focalizaremos, primeiramente, de modo especial, duas convenções dessa entidade: Haia 54 e UNESCO 70. Mostraremos que Haia 54 pode ser vista como um documento que atribui à humanidade a responsabilidade de zelar pelos bens da antiguidade, enquanto UNESCO 70 constitui um documento que atribui às nações essa função, desconsiderando os interesses dos cidadãos de posse e gestão desses bens. Em seguida, examinaremos as prescrições das Convenções UNIDROIT, de 1995, e UnderWater 2001, que suplantaram a Convenção UNESCO 70 e ampliaram radicalmente as restrições à posse privada de objetos do passado. É verdade que a UNESCO 70 foi criada em um contexto caracterizado pela ausência de um sistema legal de controle e, portanto, pela desordem internacional no que diz respeito ao saque e ao comércio de antiguidades. Assim, suas decisões pareceram as melhores no momento em que foi editada. Contudo a

UNESCO 70 e as convenções e recomendações que a seguiram não resolveram os problemas que motivaram a sua criação e ainda geraram novos problemas. Nossa comunicação consiste em uma reflexão sobre os problemas da propriedade dos bens culturais da antiguidade e da atribuição do direito e do dever de usar e proteger esses bens. Veremos que a proibição da posse privada e do comércio como um modo de evitar a circulação das artes e das antiguidades apenas implica a satisfação dos interesses de um grupo de pessoas, deixando-se à margem um amplo espectro de interessados.

Resumo individual 3

Autores: Carlos Magno Guimaraes e Camila Fernandes de Morais

A partir do tema proposto para a mesa, o trabalho pretende levantar algumas questões que envolvem a educação patrimonial, referida à Arqueologia, bem como a manutenção ou posse, em contexto privado, do patrimônio artístico e/ou arqueológico. De antemão é necessário reconhecer que existe uma enorme variedade de situações quando são consideradas as diferentes possibilidades e suas articulações. É necessário não ignorar ainda a diferença existente entre objetos de arte e vestígios arqueológicos; em que pese o fato de os primeiros poderem eventualmente estar também na condição dos segundos. Esse é outro aspecto que torna mais complexa a realidade em discussão. Também não pode ser negligenciado o fato de que os bens arqueológicos são objeto de atenção específica do ponto de vista da legislação. É evidente que há uma natureza positiva na disponibilização de qualquer patrimônio para fins educacionais, entretanto, é necessário considerar também as situações em que tais atividades são limitadas/cerceadas pela posse privada dos referidos bens. Finalmente um aspecto que não pode ser ignorado/negligenciado nesta discussão é a mercantilização do patrimônio arqueológico. É só mais um aspecto para tornar a questão mais complicada.

Resumo individual 4

Autor: Pedro Machado Mastrobuono

Consiste em explanação sobre o impacto do Decreto Presidencial 8.124 de outubro de 2013, conhecido por Decreto dos Museus, sobre as Instituições Culturais. O cerne da questão: tal Decreto é eivado de ilegalidades. Deveria ser apenas diploma regulamentador de duas leis de 2009 (11.904 e 11.906), sendo certo que a primeira institui o denominado Estatuto dos Museus, e a segunda cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Ocorre que o referido Decreto, na realidade, extrapola os limites estabelecidos, cria novos direitos e obrigações e vai flagrantemente em direção contrária a determinações das próprias leis que pretendia regulamentar. Dentre os exemplos que serão demonstradas na palestra, mostrar-se-á que a Lei 11.904, conhecida por Estatuto dos Museus, cria uma obrigação formal. Trata-se de um dever, qual seja: “Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu”. A simples leitura deste artigo 42 não deixa margem para quaisquer dúvidas. É dever dos museus facilitar o acesso à imagem e à reprodução de seus bens. Indo na contramão da expressa determinação legal, o Decreto cria dois entraves. Isso mesmo: dois obstáculos que dificultam o acesso que deveria ser facilitado. Um entrave de natureza burocrática e outra financeira. Ao prever a possibilidade de os museus cobrarem por direito de imagens, o Decreto fere também a Lei de Direitos Autorais em vigor, conhecida por LDA, que busca contemplar e proteger os direitos inerentes ao ato da criação, de concepção de uma obra artística. Trata-se, pois, de propriedade intelectual. Frise-se bem: do mesmo modo de um particular, um museu não se torna coautor apenas por ser proprietário de uma obra de arte. Deste modo, o Decreto 8.124, ao prever a hipótese de cobrança por parte dos museus, cria um novíssimo direito, ferindo, assim, a prerrogativa exclusiva do Poder Legislativo, desrespeitando a LDA vigente e contrariando a própria Lei 11.904 que deveria apenas regulamentar as atividades dos museus. No que concerne aos seus efeitos, diferentemente do quanto afirmam as autoridades públicas que respondem pelo Decreto 8.124, por prever até mesmo hipóteses de desrespeito ao direito da inviolabilidade do domicílio, a insegurança jurídica gerada é uma das principais mazelas. Tal decreto, sem legitimidade para tanto, legislaria inclusive sobre novos tipos penais e também invadiria o campo do direito ambiental. Seus efeitos práticos são inúmeros e já causam dificuldades reais para a fruição cultural.

Sessão: CC_05B

Horário: 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h

Local: Auditório 2 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)

Título da comunicação coordenada (submissão 96)

Os desafios climáticos do Brasil

Eixo temático: Ecologia e meio ambiente

Participantes

Afiliação

Raoni Rajão (Coordenador)

Universidade Federal de Minas Gerais

Raoni Rajão é professor no departamento de Engenharia de Produção da UFMG e coordenador do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais (LAGESA). Possui mestrado e doutorado pela Universidade de Lancaster (Inglaterra).

Clara Nina Rodrigues Nunes

Universidade Federal de Minas Gerais

Clara Nina Rodrigues Nunes é Engenheira Agrícola e Ambiental pela Universidade Federal de Viçosa - UFV. Atuou em gestão de empresa júnior AGRIJUNIOR na UFV e participou de atividades em pesquisa na UFMG no desenvolvimento de análise sobre o mercado de Cotas de Reserva Ambiental no Laboratório de Gestão de Sistemas Ambientais. Especialista em Perícia, auditoria e análise ambiental no Centro Universitário UNA. Mestranda em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais pela UFMG com foco de estudo em emissões de gases de efeito estufa em reservatórios de hidrelétricas.

Rayane Pacheco

Universidade Federal de Minas Gerais

Rayane Pacheco possui Mestrado em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Graduada em Gestão Ambiental e técnica em Agrimensura pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA. Tem experiência na área ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: bacia hidrográfica, geoprocessamento, SIG, sensoriamento remoto, meio ambiente, regularização ambiental, reserva legal, código florestal.

Richard van der Hoff

Radboud University /
Universidade Federal de Minas Gerais

Richard van der Hoff possui graduação em Business Economics, Finance & Accounting pela Avans University of Applied Sciences (2008), graduação em Premaster SPSE pela Radboud University Nijmegen (2011) e mestrado em Social and Political Sciences of the Environment pela Radboud University Nijmegen (2013).

Resumo Geral

Os debates sobre as mudanças climáticas têm sido uma constante nos últimos anos e, o Brasil, possui papel de destaque em tais discussões assumindo compromissos em reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Recentemente, o país se propôs a reduzir até 2030 suas emissões de GEE em 43% em relação a 2005. Dentre as metas para atingir essa proposta estão o combate ao desmatamento ilegal e o reflorestamento de áreas degradadas. Isto, em parte, está em consonância com os anseios do programa de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+). Entretanto, um dos maiores desafios do país é a gestão ambiental e territorial interligada a governança, em particular, a criação de incentivos visando a redução do desmatamento legal. Outro setor que também é considerado dentro dos mecanismos para a redução de emissões de GEE é o de energia por fonte hídrica, porém a atual metodologia utilizada para a estimativa de emissões em projetos hidrelétricos ainda muito incipiente, principalmente por não considerar a dimensão social. O Fundo Amazônia é um dos principais financiadores de projetos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, com recursos captados de doadores. Todavia, análises demonstram que existe certa contradição entre os resultados de projetos implementados e os objetivos das doações. Isto evidencia que além da complexidade inerente ao problema, existem também desafios ligados ao diálogo sempre difícil entre o conhecimento científico e o leigo, entre a política e a ciência e entre as ciências sociais e naturais.

Resumo individual 1

Autora: Clara Nina Rodrigues Nunes

A Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança Climática (UNFCCC) adota mecanismos para promoção de práticas sustentáveis com perspectiva de redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), no Brasil existem 104 projetos de geração de energia por fonte hídrica nesse contexto. Estes são considerados uma opção viável para a produção energética, porém existem discussões a respeito do cálculo de emissões utilizados. As metodologias são desenvolvidas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e são baseadas em características físicas e de engenharia do projeto. A demonstração proposta neste estudo é apresentar características sociais não agregadas neste processo, assim como a representação deste conflito dentro da perspectiva das mudanças climáticas globais. A compreensão de variáveis sociais é importante para desenvolvimento de políticas efetivas para limite de emissões de GEE, assim diversas percepções desses conflitos proporcionam interpretações que não convergem no desenvolvimento sustentável proposto pelas instituições citadas.

Resumo individual 2

Autor: Rayane Pacheco

Este trabalho procurou investigar ao nível de município a demanda provável por regularização do déficit de Reserva Legal nos estados do Pará e Mato Grosso, a partir da implementação da árvore de decisão construída através da tomada de decisão declarada por 77 produtores de 17 municípios, em entrevistas estruturadas face a face realizadas em outubro e dezembro de 2014 e janeiro de 2015, utilizando dados secundários do Censo Agropecuário (IBGE, 2006b, 2006c), do passivo de Reserva Legal dos municípios (SOARES-FILHO et al., 2014c) e preços da terra e arrendamento (RAJÃO et al., 2014) no software Dinamica EGO. Os resultados mostraram que os produtores rurais tendem a não regularizar o passivo ambiental por opção (sem pressão), as grandes razões na qual os produtores tomariam uma decisão positiva seria baseada em combinação de fatores econômicos e políticos, especialmente econômicos, onde a demanda pode chegar até 81% da área que necessita de regularização. Destacamos a importância de futuros trabalhos para melhor associar a tomada de decisão dos produtores rurais na estimativa de demanda por regularização do passivo de Reserva Legal.

Resumo individual 3

Autor: Richard van der Hoff

Although results-based finance is a relatively novel concept in international environmental policy-making, it is rapidly conquering political debates on addressing environmental problems, including deforestation and climate change, and already starts materializing in various contexts. Adopted in 2008, the Amazon Fund is a Brazilian institution that currently builds on extensive experience with results-based finance in bilateral contracts with Norwegian and German governments, and is broadly considered exemplary for international REDD+ governance. While preliminary evaluation efforts gradually start appearing, there is still little understanding about the governmentality of results-based finance. This paper aims to explore the nature of results-based finance by describing the various interpretations and materializations of 'results' among the various actors involved in bilateral agreements with the Amazon Fund, focussing mostly on the processes of donation and allocation of financial resources.

Resumo individual 4

Autor: Raoni Rajão

Following the signature of the United Nation Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) in 1992, world leaders pledged to "stabilize greenhouse gas concentrations in the atmosphere at a level that would prevent dangerous anthropogenic interference with the climate system". Thus one of the key aspects of the UNFCCC's implementation is how to account for individual country's emissions greenhouse gas emissions (GHG) in a comparable and transparent manner. During the negotiations of the Kyoto protocol there was already profound scientific disagreement between developed and developing countries, but these conflicts have been largely dismissed by establishing that only developed countries (Annex 1) would have to reduce their emissions by at least 5,2% in relation to the levels of 1990. Since 2011 this situation has changed as countries agreed that by 2015 the UNFCCC would approve "a protocol, another legal instrument or an agreed outcome with legal force under the Convention applicable to all Parties" (1/CP.17). One of the key points of scientific conflict concerning the UNFCCC negotiations the way reduction should be calculated and the reduction targets distributed in order to respect the convention's principle of "common but differentiated responsibilities". This

presentation explores the ways in which economics and climate sciences have been mobilized in the last decades to both construct and deconstruct a North-South divide, and related financial and environmental responsibilities.

Sessão: CC_05C	
Horário: 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h	
Local: Auditório 3 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)	
Título da comunicação coordenada (submissão 146)	
Grupo de Estudos de Saúde e Trabalho Rural – GESTRU/UFMG: Experiências em práticas intersetoriais e sociais de saúde para o enfrentamento do uso de agrotóxicos em Minas	
Eixo temático: Ecologia e meio ambiente	
Participantes	Afiliação
Jandira Maciel da Silva (Coordenadora)	Universidade Federal de Minas Gerais
Professora Associada 4 da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorado em Microbiologia e Imunologia pela Universidade Federal de São Paulo (1992) e pós-doutorado na Universidade de Barcelona (2000). Tem experiência na área de Imunologia, com ênfase em Imunotoxicologia, atuando em pesquisa e extensão, principalmente nos seguintes temas: imunologia das doenças ocupacionais, agrotóxicos, saúde do trabalhador, imunorregulação, trabalho e saúde. Coordena o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas a Distância -UAB/UFMG. Parecerista ad-hoc de diversos periódicos nacionais.	
Eliane Novato	Universidade Federal de Minas Gerais
Medicina sanitária-UFMG. Professora adjunta do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de (1984). Doutora em Saúde Coletiva - DMPS/FCM/UNICAMP. Ministradora de disciplinas obrigatórias na graduação médica (Saúde do Trabalhador), na pós-graduação (Curso de Promoção da Saúde e Prevenção da Violência e Residência em Medicina do Trabalho). Atualmente, coordena o GT - Saúde do Trabalhador da Abrasco. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde do Trabalhador, atuando principalmente nos seguintes temas: modelo de organização da atenção à saúde do trabalhador no SUS, informação em Saúde do Trabalhador, vigilância em saúde do trabalhador, capacitação/formação em saúde do trabalhador, condições de trabalho na agricultura, toxicologia ocupacional e agrotóxicos. Membro da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador de Minas Gerais (CIST/MG). Parecerista ad-hoc de diversos periódicos nacionais.	
Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro	Universidade Federal de Minas Gerais
Médico pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (1996). Atualmente é professor titular do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Ministra disciplinas obrigatórias na graduação médica (Saúde do Trabalhador e Internato de Saúde Coletiva), na pós-graduação (Curso de Promoção da Saúde e Prevenção da Violência e Residência em Medicina do Trabalho). Coordena o Serviço Especial de Saúde do Trabalhador do HC/UFMG e o Observatório de Saúde do Trabalhador/BH. É membro da coordenação do Projeto Manuelzão. Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Saúde e Trabalho, Atenção Primária de Saúde, e Saúde e Ambiente e atua (ensino, pesquisa e extensão) principalmente nos seguintes temas: saúde do trabalhador, vigilância em saúde do trabalhador, trabalho rural, agrotóxicos, saúde ambiental. Participa do GT Saúde do Trabalhador/ABRASCO e do Grupo de Estudos em Saúde e Trabalho Rural (GESTRU). Membro da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador de Minas Gerais (CIST/MG). Parecerista ad-hoc de diversos periódicos nacionais.	

Resumo Geral

O GESTRU foi constituído como espaço de discussão, pesquisa, extensão, formação de recursos humanos e planejamento de estratégias de intervenção nas questões relativas à saúde do trabalhador rural. Foi criado a partir de demanda da Comissão Pastoral da Terra (CPT/MG) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), que alegavam despreparo dos serviços locais para o diagnóstico das intoxicações por agrotóxicos, principalmente em relação aos quadros crônicos. Congrega profissionais vinculados à UFMG, através do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Fac. Medicina, do Dep. Bioquímica e Imunologia/ICB e do Serviço de Saúde do Trabalhador do Hospital das Clínicas e alunos de vários cursos. Os agrotóxicos estão entre os mais importantes fatores de riscos para a saúde humana, particularmente dos trabalhadores e para o meio ambiente. Segundo a ANVISA, o Brasil atingiu em 2008 o primeiro lugar mundial em consumo de agrotóxicos. No entanto, as informações disponíveis sobre os efeitos sobre a saúde e o meio ambiente – necessárias à melhoria da legislação e fiscalização - são escassas e fragmentadas, principalmente sobre os efeitos crônicos, a exposição múltipla e a escassez de biomarcadores para a maioria dos tipos químicos. Tampouco se conhecem a magnitude do consumo e os impactos ambientais e sobre a saúde decorrentes das diversas etapas dos processos de produção, comercialização, distribuição, utilização dos produtos e destinos de embalagens e rejeitos. Tentando contribuir para a melhoria desse quadro, diversos projetos de pesquisa e extensão envolvendo trabalhadores expostos ocupacionalmente a agrotóxicos vêm sendo executados pelo GESTRU em municípios mineiros desde a sua criação, juntamente com as entidades representativas dos trabalhadores rurais, com várias prefeituras e Secretarias Municipais de Saúde, com a Secretaria de Estado da Saúde/MG, com o MST e outras instituições envolvidas na questão, como EMATER e EMBRAPA. Um dos nossos principais parceiros é o Município de Jequitibá, através da sua Coordenação de Saúde do Trabalhador e Prefeitura Municipal, com a participação da EMATER/MG e da SES/MG. Fomos procurados, também, pela comunidade quilombola de Saco do Barreiro, no município de Pompéu, onde as práticas agrícolas tradicionais estão seriamente ameaçadas pela monocultura da cana no entorno. Integramos a Campanha Nacional contra os Agrotóxicos e pela Vida e, a convite da Câmara Técnica de Agroecologia e Produção Orgânica (CTAPO) do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRAF-MG), o GESTRU participa do Grupo de Trabalho para a elaboração de Programa Estadual para Redução do Uso de Agrotóxicos/MG (PROERAMG), integrando a equipe responsável pela redação da proposta referente à saúde humana e ambiental. Este trabalho se justifica não só pela escassez de informações sobre as consequências da exposição aguda e/ou crônica a agrotóxicos sobre a saúde dos trabalhadores expostos, e também pela crescente demanda pelo apoio técnico e logístico da Universidade para a formulação de estratégias e políticas públicas nesse setor, tanto pelas organizações de trabalhadores como por setores governamentais. Justifica-se, ainda, pela necessidade de formação de recursos humanos na área e pela necessidade de integração entre pesquisa, ensino e extensão para o enfrentamento de um problema dessa magnitude.

Resumo individual 1

Autora: Eliane Novato

Desde a sua criação, o GESTRU-UFMG desenvolve ações voltadas para a avaliação dos impactos da utilização de agrotóxicos sobre as condições de vida e saúde dos trabalhadores rurais. Diferentes aspectos desta questão são abordados nos projetos em andamento, envolvendo alunos de graduação, pós-graduação e médicos residentes.

Resumo individual 2

Autora: Jandira Maciel

Visando identificar e discutir a percepção dos trabalhadores rurais sobre os riscos e danos potencialmente provocados pelo uso de agrotóxicos à saúde e ao meio ambiente, promovemos e participamos de debates, palestras e oficinas com trabalhadores e suas entidades representativas, abordando os agrotóxicos e seus efeitos sobre a saúde e o ambiente.

Resumo individual 3

Autor: Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro

Os agrotóxicos, representados por centenas de produtos químicos, constituem-se em um dos fatores de riscos mais importantes para a saúde humana, causando intoxicações agudas e crônicas. O SEST/HC/UFMG desenvolve atividades de atenção à saúde de trabalhadores expostos, visando contribuir para o desenvolvimento de vigilância e de promoção da saúde.

Sessão: CC_05D	
Horário: 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h	
Local: Auditório 4 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)	
Título da comunicação coordenada (submissão 127)	
A produção, circulação e utilização de marfins africanos no espaço Atlântico entre os séculos XV e XIX - apontamentos das pesquisas	
Eixo temático: Materialidades e representações	
Participantes	Afiliação
Vanicléia Silva Santos (Coordenadora)	Universidade Federal de Minas Gerais
Professora de História da África da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Coordena o projeto A produção, circulação e utilização de marfins africanos no espaço atlântico entre os séculos XV e XIX. É pesquisadora do projeto "African Ivories Atlantic World: a reassessment of Luso-African ivories", desenvolvido pela Universidade de Lisboa, Universidade de Évora e Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Centro de Estudos Africanos (CEA/UFMG). Membro do Comitê Científico Internacional da UNESCO para Elaboração do IX Volume de História Geral da África (2013-2016). Co-autora do livro "África e Brasil no Mundo Moderno" (2012) e de vários artigos, tais como Acervos em marfim em Minas Gerais: documentos, trânsitos e materialidade; cultura material da diáspora Atlântica: artefatos Africanos de proteção no Brasil colonial; AfroBrazilian and Afro-Portuguese in the Iberian Inquisition in the 17th and 18th Centuries; Mandingueiro não é Mandinga: o debate entre nação, etnia e outras denominações atribuídas aos africanos no contexto do tráfico".	
Felipe Silveira de Oliveira Malacco	Universidade Federal De Minas Gerais
Mestre em História Social na UFMG. Professor de História – Nível Médio. Autor da dissertação O Gâmbia no Mundo Atlântico - Fulas, Jalofos e Mandingas no comércio global Moderno (1580-1630). Outras publicações: Estudos sobre África Ocidental: dinâmicas culturais, diálogos atlântico; Desafios no trabalho com a (re)construção do imaginário sobre o continente africano; e Os Lançados no Rio Gâmbia.	
Renata Romualdo Diório	Universidade Federal de Minas Gerais
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é PósDoutoranda em História Social na UFMG. Investigadora integrante do projeto de pesquisa internacional "African Ivories Atlantic World: a reassessment of Luso-African ivories", desenvolvido pela Universidade de Lisboa, Universidade de Évora e Universidade Federal de Minas Gerais. Principais publicações: Na rota do marfim?: a circulação do marfim africano em terras brasileiras (Século XVIII); Escravos, libertos e a justiça dos brancos; Negociando a Liberdade: as coações e seus entraves judiciais na cidade de Mariana na segunda metade do século XVIII.	
Rogéria Cristina Alves	Universidade Federal De Minas Gerais
Doutoranda em História Social na UFMG. Investigadora integrante do projeto de pesquisa internacional "African Ivories Atlantic World: a reassessment of Luso-African ivories", desenvolvido pela Universidade de Lisboa, Universidade de Évora e Universidade Federal de Minas Gerais. Principais publicações: A riqueza na medida do possível; bens e atividades econômicas entreos alforriados em Mariana (1727 a 1838); Cativos do reino: trânsito de culturas e pessoas no império português; Escravidão e etnias africanas nas Américas: restaurando ligações. História e-História , v. X, p. 04/11, 2009. Na rota do marfim: a circulação do marfim africano em terras brasileiras (Século XVIII); O regulamento do mercado: comércio e urbanização em Mariana oitocentista.	

Resumo Geral

O projeto “A produção, circulação e utilização de marfins africanos no espaço Atlântico entre os séculos XV e XIX” é fruto de uma parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade de Lisboa (UL), desde 2015, sob a coordenação dos professores Vanicléia Silva Santos (UFMG) e José da Silva Horta (UL). Está ligado a este, outro projeto: “Marfins Africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso-africanos”, coordenado por Peter Mark. Tal projeto pretende inaugurar este campo de estudos no Brasil, a partir de três aspectos: (I) reavaliar os conceitos para estudo dos marfins (o que significa marfim africano, marfim lusoafricano ou indo-português, ou afro-brasileiro); (II) investigar a produção e circulação de marfins e matérias-primas africanas esculpidas no mundo Atlântico, entre os séculos XV e XIX e (III) construir um banco de dados sobre os marfins que chegaram ao Brasil colonial. Os pesquisadores do Projeto "African Ivories Atlantic World: a reassessment of Luso-African ivories" apresentarão uma parte dos resultados das investigações realizadas desde 2015, sobre a circulação de matéria-prima e dos objetos lavrados em marfim, que circularam em Minas Gerais e na Senegâmbia, nos séculos XVII e XVIII. O objetivo central é identificar os usos dos marfins bem como identificar a produção dos objetos que circularam no Brasil Colonial.

Resumo individual 1

Autor: Felipe Silveira de Oliveira Malacco

O rio Gâmbia foi uma importante via comercial que conectava as regiões do interior do oeste africano às redes comerciais atlânticas. As nações que viviam às margens deste rio, fulas, mandingas e jalofos, se engajaram fortemente nos contatos mercantis com navios europeus que iam até os seus portos. Dentre a variada gama de produtos que as fontes indicam que eram vendidos pelos povos que viviam às margens do rio Gâmbia, o marfim se destacava. Trocado por produtos como o sal, o cobre e o ferro, o produto, bem como outros derivados da caça de elefantes, como o couro, foi uma importante mercadoria de circulação neste espaço, sendo levado à Europa e às Américas por navios portugueses, ingleses e holandeses. Esta comunicação tem por objetivo discutir como se realizava este contato mercantil, buscando entender desde como os fulas, mandingas e jalofos obtinham o marfim para os vender para os europeus, bem como mostrar as condições em que se realizava o comércio atlântico entre europeus e os povos que viviam às margens do rio Gâmbia.

Resumo individual 2

Autora: Renata Romualdo Diório

O objetivo desta comunicação é compreender a circulação de objetos religiosos lavrados em marfim, no Atlântico Português, com recorte específico para a circulação destas peças religiosas, bem como de outras, em Minas Gerais no século XVIII. No contexto de criação do Bispado de Mariana (inserido em importante área de mineração aurífera), em 1745, a cidade passou a ter aumento significativo da circulação de pessoas e de objetos na região. Por meio do “Inventário dos Ornamentos e mais bens que vieram de Lisboa para esta Catedral de Mariana, à requisição do Excelentíssimo Senhor Dom Frei Manoel da Cruz” é possível apreender quais foram os principais objetos que chegaram à cidade em meados do século XVIII e conhecer as funções simbólicas e utilitárias dos marfins que foram levados para o novo bispado, que atendia as demandas administrativas da nova diocese.

Resumo individual 3

Autora: Rogéria Cristina Alves

A partir dos inventários post mortem que permitem o historiador acessar lares, lojas, fazendas, este artigo tem por objetivo conhecer a posse e circulação de marfins em Minas Gerais, no século XVIII, especificamente na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. A economia desta vila foi baseada na exploração do ouro que atraiu portugueses para a região, além da pequena população branca, a vila possuía uma considerável população de africanos e afrodescendentes neste período e também recebia mercadorias e objetos de várias partes do mundo Atlântico. Neste sentido, o objeto deste paper é mostrar a significativa quantidade de objetos eburneos dentre os bens dessa população, bem como os usos que se fazia destes.

Sessão: CC_05E

Horário: 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h

Local: Sala 4077 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)

Título da comunicação coordenada (submissão 121)

Transgressing Gender and Geographic Borders in Women's Literature.

Eixo temático: Gênero e diversidade cultural

Participantes

Afiliação

Fernanda Sousa Carvalho (Coordenadora)

Universidade Federal de Minas Gerais

Fernanda Sousa Carvalho é doutora em Literaturas de Língua Inglesa (2016) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui Mestrado em Literaturas de Língua Inglesa (2009) e Bacharelado em Inglês (2006) pela mesma universidade. Em seus trabalhos, investiga as questões de sexualidade, gênero, raça e etnia na escrita contemporânea de mulheres, interessando-se especialmente pelos gêneros gótico, terror, literatura vampiresca e ficção especulativa. No momento, atua como pesquisadora independente, estudando a escrita especulativa de mulheres negras nos Estados Unidos, Caribe, Canadá e Brasil.

Louise Marie Goodman

Universidade Federal de Minas Gerais

Louise Marie Goodman é doutoranda em Estudos Literários na Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Literatura e História pela Clemson University (2010) e mestre em Literatura pela University of Georgia (2012). Foi bolsista do programa Fulbright na Universidade Federal do Pará em 2013 e 2014.

Marcela de Oliveira e Silva Lemos

Universidade Federal de Minas Gerais

Marcela de Oliveira e Silva Lemos é mestranda em Literaturas de Língua Inglesa do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Licenciada em Inglês pela Faculdade de Letras da UFMG, participou durante a graduação do projeto de pesquisa "Mobilidades culturais, geografias afetivas: espaço e gênero na literatura contemporânea". É membro do Núcleo de Estudos de Guerra e Literatura da UFMG. Suas linhas de pesquisa são literatura, história e memória cultural e políticas do contemporâneo. Sua dissertação trata da literatura de guerra escrita por mulheres e do efeito da guerra sobre os constituintes identitários de personagens femininas.

Resumo Geral

Nesta seção, analisamos discursos produzidos por mulheres (narrativas autobiográficas, impressas em livros e no espaço virtual - Facebook) e sobre mulheres (circulantes na mídia mainstream) a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Nesses textos, observa-se uma tensão entre argumentações e enquadramentos da realidade hegemônicos e contra-hegemônicos. Segundo Boaventura Souza Santos (2006), a sociedade civil, ao longo da história, criou várias formas de atuação política; assim, é possível pensar que existem várias sociedades civis, não somente uma, nas quais tipos diversos de poder encontram-se em disputa. O sociólogo os relaciona ao que chama de espaços estruturais de poder: o doméstico, o da produção, o do mercado, o da comunidade, o da cidadania e o mundial. Eles constituem matrizes geradoras de desigualdade/opressão; mas ao mesmo tempo, de lutas emancipatórias. No espaço doméstico, observa-se o domínio do marido/pai sobre a mulher e o filho; a forma de poder historicamente constituída é a do patriarcado e se manifesta nas instituições do casamento, da família e em outras práticas. Para o referido sociólogo, o discurso patriarcal deveria ser combatido pelo discurso de libertação da mulher, de cooperação (partilha de autoridade), das comunidades afetivas e da democracia. As formas de poder entretidas nesses espaços naturalizam representações e identidades hegemônicas; neles, são produzidos sentidos comuns dominantes (mapas de estruturação-ação); mas, ao mesmo tempo, discursos contra-hegemônicos, aqueles dos novos movimentos sociais que lutam pela visibilidade, cf. também, Rousiley Maia (2008) e que produzem argumentações e posicionamentos para estatuir novos conhecimentos e novas representações em prol da emancipação. Assim sendo, pretendemos mostrar como, nas narrativas, emergem representações da mulher que ora nos remetem à conformação aos discursos e identidades de gênero naturalizados, ora sinalizam o processo de luta pelo empoderamento e pela libertação da mulher. Os membros dessa seção integram o grupo Narrarse CEFET-MG, voltado ao estudo de narrativas autobiográfica.

Resumo individual 1

Autora: Fernanda Sousa Carvalho

Speculative fiction has been used by women writers to criticize everyday forms of oppression and imagine alternative ways of life. In the specific case of feminist writers from former colonies, their speculative works may reveal the implications of geopolitical, cultural, racial, and gender differences in power relations. This paper aims at analyzing the speculative novel *Brown Girl in the Ring*, by the Caribbean-Canadian writer Nalo Hopkinson, focusing on the construction of identities through the protagonist's transgression of geographic and gender borders. Set in a futuristic decadent Toronto, Hopkinson's novel tells the story of Ti-Jeanne, a third-generation Caribbean immigrant in Canada whose identity is shaped by her negotiations with the geographic and cultural configurations of her surroundings. As a black woman in a segregated immigrant community, Ti-Jeanne finds in the borders between a Canadian dystopic reality and an Afro-Caribbean spirituality the means to understand who she is and to take over an important role in her community. I am arguing here that Hopkinson re-imagines a geography for the city of Toronto that is extremely oppressive towards immigrants and women, limiting their mobility as well as their social agency. The protagonist Ti-Jeanne is able to cross the borders of such a geography with the help of Afro-Caribbean religious entities, occupying in this way the spaces that had been denied to her as a poor immigrant and as a woman.

Resumo individual 2

Autora: Louise Marie Goodman

The act of crossing or to traverse, in its very etymological origins, implies a sense of transgression, transformation, and moving beyond a point of origin. For this reason, women's travel writing, particularly pertaining to border crossings, is relevant to the study of disruptions to and negotiations of conventionalized gender and identity practices. This paper joins this scholarly discussion by analyzing the letters of the German governess Ina von Binzer chronicling her travels in Brazil between 1881-1884, published originally as *Leid und Freud' einer Erzieherin in Brasilien* (1881) and published in Brazil as *Alegrias e Tristezas de uma educadora alemã no Brasil* (1956). The very nature of the correspondence between von Binzer in Brazil and her German audience serves a sort of frontier in which the writer is constantly negotiating her position between the expectations of a single, European woman traveler to both Brazilian and German standards. My analysis examines von Binzer's ability to textually map her position, marked by both privileged agency and heightened confinements, and articulate her subjectivity in both contexts. The central argument of this paper is to show that border crossing and travel can function as a literal and symbolic act in women's travel literature that allows writers to transgress existing gender expectations and simultaneously critique those gender confinements. Theoretical support used for this analysis draws from work by feminist geographers and feminist literary critics, such as Doreen Massey, Sara Mills, and Susan Stanford Friedman, amongst others.

Resumo individual 3

Autora: Marcela de Oliveira e Silva Lemos

The writings of the Iranian diaspora, the westbound migratory movement motivated by extreme Islamic regimes and violent conflicts, raise public and scholarly interest especially in regard to their "return narratives", autobiographical novels by writers moving fluidly between Western and Middle-Eastern spaces, homes, and identities. In this presentation, I join the academic debate about notions and constructions of women's subjectivity in one of such works, Azar Nafisi's 2003 *Reading Lolita in Tehran*. The novel collects Azar's both joyful and painful memories of being a foreigner in England and the United States in her college days, as well as a "lady Professor" of literatures in English in Tehran, from the dawn of the Islamic Revolution to the aftermath of the Iran-Iraq War. The extremist regime established after the revolution affects the characters through imposition of religious traditions, and condemnation of Western cultural values. In this context, women and literature gradually lose power and freedom, subjected to the moral and violence of Islamic rule. In spite of the circumstances, Azar and her students create a space of resistance in a hidden class, where they can exercise their differences, and discuss classics such as Vladimir Nabokov's *Lolita*, and F. Scott Fitzgerald's *The Great Gatsby*. Supported mainly Susan Stanford Friedman's theorization on locational feminism and multiple subjectivities in *Mappings: Feminism and the Cultural Geographies of Encounter* (1998), I argue that protagonist Azar's cultural and spatial mobility produces a hybrid and fragmented identity because it affects the relations between subject positions and power in a given narrative space and time.

Sessão: CC_05F	
Horário: 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h	
Local: Sala 4079 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)	
Título da comunicação coordenada (submissão 100)	
Sala de Aula de Línguas: Experiências, Identidades, Motivação e Correção	
Eixo temático: Identidades e línguas	
Participantes	Afiliação
Laura Miccoli (Coordenadora)	Universidade Federal de Minas Gerais
Laura Miccoli é Doutora em Educação pela Universidade de Toronto, Mestre em Ensino de Inglês como Segunda Língua pela Universidade de Califórnia em Los Angeles e Pós-Doutora pela Universidade do Estado de São Paulo-Assis. É professora aposentada da UFMG e presidente da Transforma Educacional, dedicando-se à formação em serviço de professores de línguas. Coordena o Projeto ACCOOLHER, que pesquisa experiências de professores e estudantes em salas de aula de línguas estrangeiras.	
Raquel Bambirra	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Raquel Bambirra é Doutora em Lingüística Aplicada pela UFMG (2009) e desenvolveu pesquisapós-doutoral em motivação na University of Leeds/UK (2015). É professora de Língua Inglesado Departamento de Linguagem e Tecnologia do CEFET-MG. Atua na graduação em Letras e napós-graduação em Estudos de Linguagens. Lidera o GrPesq CNPq NALET - Núcleo deAprendizagem de Línguas e Ensino Tecnológico, e seus interesses de pesquisa giram em tornode experiências de ensino e de aprendizagem de inglês como língua estrangeira.	
Francisco José Quaresma de Figueiredo	Universidade Federal de Goiás
Francisco José Quaresma de Figueiredo é Doutor em Linguística Aplicada pela UniversidadeFederal de Minas Gerais (2001), onde atualmente realiza estágio pós-doutoral. É Professor daUniversidade Federal de Goiás desde 1992, onde leciona Língua Inglesa, na Graduação, eLinguística Aplicada, na Pós-Graduação. Suas áreas de interesse em pesquisa têm foco em:erro e correção; aprendizagem colaborativa; telecolaboração; crenças sobre ensino eaprendizagem de línguas; e avaliação. É autor de diversos livros e artigos sobre esses temas.	
Ronaldo Corrêa Gomes Junior	Universidade Federal de Minas Gerais
Ronaldo Corrêa Gomes Junior é Doutor e Mestre em Estudos Linguísticos pela UniversidadeFederal de Minas Gerais (UFMG) e possui graduação em Letras (Português-Inglês) pelaUniversidade Federal de Viçosa (UFV). Professor Adjunto da Faculdade de Letras da UFMG nasáreas de Linguagem e Tecnologia e Ensino de Inglês. Nessa faculdade, é membro do núcleo depesquisa LingTec e integrante do LALINTEC (Laboratório de Linguagem e Tecnologia). Comopesquisador, atua nos seguintes temas: ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras,metáforas sobre ensino e aprendizagem de línguas, novas tecnologias e ensino de línguas,educação a distância.	
Resumo Geral	
O processo de aprendizagem de línguas em salas de aula desafia professores e alunos, por mobilizar, entre muitos outros, elementos cognitivos, sociais, afetivos, motivacionais, identitários e contextuais. Sua inter-relação cria dinâmicas singulares, cuja investigação tem propiciado explicitar a natureza desses elementos intervenientes para sua melhor compreensão e eventual aprimoramento do ensino e da aprendizagem. Nesta Comunicação Coordenada, a partir da perspectiva experiencial (Miccoli, 2014); Miccoli tratará do Projeto ACCOOLHER – Atividade, Complexidade e Colaboração: Observando e Ouvindo Lições, Histórias e Reflexões, referindo-se ao marco teórico, à experiência como construto e unidade de análise, e a descrição de sua evolução até o presente momento como marco de referência	

experiencial para investigações de eventos diversos na sala de aula de línguas. Partindo dos conceitos interação e colaboração (Figueiredo; Lima, 2013), Figueiredo discutirá o erro e duas formas de correção que priorizam o diálogo e conferem ao aluno um papel mais ativo no processo de revisão textual: a correção com os pares e a correção dialogada realizada com o professor. A partir da motivação (Dörnyei, 2015), Bambirra exporá pesquisa dedicada a evidenciar uma dinâmica de assinatura dos processos motivacionais em uma aula de inglês do ensino médio, usando o método da modelagem qualitativa retrodictiva (Dörnyei, 2014; Dörnyei, Macintyre; Henry, 2014). Partindo dos estudos da metáfora (Lakoff; Johnson, 1980), Gomes apresentará resultados de investigação com foco nas identidades metaforizadas de estudantes de inglês da Universidade Federal de Minas Gerais e da City University de Hong Kong. A metodologia adotada em cada pesquisa será discutida, os resultados, com apresentação de dados serão apresentados, bem como as implicações desses estudos para a melhor compreensão do processo de ensino e aprendizagem de línguas em salas de aula.

Resumo individual 1

Autora: Laura Miccoli

Compreender o processo de ensino e aprendizagem de línguas em sala de aula é meta do Projeto ACCOOLHER. Em seu marco teórico há referência às contribuições da teoria sociocultural de Vygotsky, em especial, a teoria da atividade para compreender a história dos participantes que se encontram em sala de aula e suas motivações para criar sentido dos eventos que lá acontecem. A teoria da complexidade permite compreender as relaçãoessistêmicas na sala de aula, com as relações imbricadas e as inter-relações entre os elementos trazidos pelos participantes, que intervêm na dinâmica das aulas, bem como dos eventos que emergem a partir dessas relações nesse contexto. A colaboração faz parte do marco teórico pela natureza do projeto e das pesquisas que investigam eventos modulados pelas experiências de professores, alunos ou coordenadores, colhidos sempre como resultado da colaboração entre pesquisador e participante. Nossas investigações podem adotar procedimentos de observação direta (Vianini, 2014) ou indireta (Barreto, em andamento). Há sempre alguma forma de escuta das experiências vivenciadas por professores ou alunos, por meio de entrevistas (Bambirra 2009), depoimentos orais (Coelho 2011) narrativas orais (Climene 2014) ou escritas (Miccoli 2010, Ferreira 2011) para a documentação de experiências. As histórias dos participantes são parte do Projeto e influenciam como os participantes compreendem e interpretam os eventos em sala de aula. Finalmente, a compreensão e a ressignificação de eventos são mediadas pela reflexão que emerge da interação entre pesquisadores e participantes sobre as experiências, promovendo, eventualmente, a transformação da compreensão do significado dessas experiências e dos próprios participantes (Miccoli 2010, Coelho 2011, Zolnier 2011). Enfim, o projeto ACCOLHER será apresentado, com descrição do construto experiência e do marco de referência experiencial para a pesquisa de eventos de sala de aula, bem como dos projetos citados e de seus resultados.

Resumo individual 2

Autor: Ronaldo Corrêa Gomes Junior

Comumente se acredita que o sentido encontra-se nas palavras. No entanto, as palavras são apenas “a ponta do iceberg” (FAUCONNIER, 1994). O sentido e muitas outras concepções encontram-se “escondidas” em nossa mente. Se as metáforas são um fenômeno cognitivo pelo qual atribuímos sentido ao mundo e a nós mesmos (LAKOFF E JOHNSON, 1980), entender as identidades e como elas são construídas também pode ser uma questão de metáfora. Nesta comunicação, apresento uma pesquisa cujo objetivo foi o de investigar as identidades metaforizadas de estudantes de inglês da Universidade Federal de Minas Gerais e da City University of Hong Kong em suas histórias de aprendizagem de inglês. Essas narrativas foram escritas de maneira multimodal, ou seja, usando texto, imagem, som, vídeos etc. A análise de dados contou com as seguintes etapas: primeiramente, todas as unidades metafóricas relacionadas aos aprendizes foram destacadas e, posteriormente, agrupadas em categorias de acordo com suas regularidades. Em seguida, foi analisado como os eus eram metafórica e discursivamente construídos. Finalmente, foi traçado o perfil identitário de cada banco de narrativas. As identidades metaforizadas mais frequentes nos dois grupos de participantes são as que envolvem percursos, caminhos e jornadas, como a do viajante. Nas narrativas de Hong Kong, outras identidades metaforizadas frequentes envolvem ação intensa, como a do construtor e a do militar. Já nas histórias de aprendizagem do Brasil, as outras identidades metaforizadas mais frequentes são as relacionadas à leitura. Uma das contribuições dessa pesquisa é a associação de teorias cognitivas e sociais, entendendo os aprendizes como sujeitos sócio cognitivos, afetados por experiências sociais, corporificadas, sinestésicas e identitárias.

Resumo individual 3

Autora: Raquel Bambirra

Considerando a natureza complexa do processo de aquisição de línguas estrangeiras, observase que alguns componentes da experiência de aprendizagem constituem-se em forças motivacionais que competem entre si e influenciam diretamente tanto o ensino quanto a aprendizagem no contexto relacional da sala de aula. Como o comportamento de um sistema complexo é, por definição, imprevisível e aleatório, documentar padrões dinâmicos que subjazem a sua configuração motivacional - suas dinâmicas de assinatura (DÖRNEY, 2015), é considerado um caminho possível para pesquisá-lo. Nesta perspectiva, este trabalho busca evidenciar uma dinâmica de assinatura dos processos motivacionais ocorridos em uma aula de inglês do ensino médio de uma escola pública federal de Minas Gerais, usando o método da modelagem qualitativa retrodictiva (DÖRNEY, 2014; DÖRNYEI, MACINTYRE; HENRY, 2014). Primeiramente, o plano de aula da professora e a informação proveniente de uma entrevista semiestruturada foram usados para recuperar ao máximo as condições motivacionais iniciais de uma mudança não linear do sistema. A seguir, por meio da descrição dessa aula, foi possível estudar a ecologia da experiência de ensino da professora em inter-relação com a motivação dos estudantes. Os resultados indicam que uma mudança motivacional emergente no estado do sistema sinaliza um movimento em direção a um estado atrator. Ainda, eles demonstram que as experiências de ensino vivenciadas e narradas são um arcabouço extremamente rico para viabilizar a pesquisa sobre motivação no ensino e na aprendizagem de inglês na perspectiva dos sistemas dinâmicos complexos.

Resumo individual 4

Autora: Francisco José Quaresma de Figueiredo

Nesta comunicação, serão apresentadas algumas reflexões sobre a noção de erro em língua estrangeira, bem como duas formas de correção que priorizam o diálogo e conferem ao aluno um papel mais ativo no processo de revisão textual: a correção com os pares e a correção dialogada realizada com o professor. Esses dois tipos de correção partem do princípio de que a interação e a colaboração favorecem a aprendizagem (BRUFFEE, 1999; FIGUEIREDO, 2006; FIGUEIREDO; LIMA, 2013; KESSLER, 1992; VYGOTSKY, 1998, entre outros). Serão apresentados dados de pesquisa realizadas por Figueiredo (2001, 2009), Rigonato e Figueiredo (2017, no prelo) e Dantas (2015), que fizeram pesquisas sobre esses dois tipos de correção. Poderemos verificar, por meio dos dados dessas pesquisas, que, por meio da reflexão e de uma participação mais ativa no processo de correção, os alunos têm a oportunidade de avaliarem o seu desempenho e o seu progresso no processo de escrita em uma nova língua, bem como de se tornarem mais motivados e autoconfiantes na medida em que percebem que, por meio do diálogo com um par ou com o professor, seus textos podem ficar mais claros e bem escritos.

Sessão: CC_05G

Horário: 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h

Local: Sala 4107 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)

Título da comunicação coordenada (submissão 143)

Linguística Aplicada, Discurso e Psicanálise: uma interface fecunda

Eixo temático: Identidades e línguas

Participantes

Afiliação

Maralice de Souza Neves (Coordenadora)

Universidade Federal de Minas Gerais

Maralice de Souza Neves é psicóloga e licenciada em Letras pela UFMG. Doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp, é professora da área de língua inglesa na graduação da FALE-UFMG e orienta pesquisas de mestrado e doutorado em Linguística Aplicada no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (POS LIN) onde privilegia o estudo de questões identitárias no ensino e aprendizagem de línguas pela via interdisciplinar da análise de discurso, da linguística da enunciação e da psicanálise e educação.

Arabela Vieira dos Santos Silva e Franco

Universidade Federal de Minas Gerais

Arabela Vieira dos Santos Silva e Franco é formada em Ciências Econômicas pela PUC-MG e em Letras pela UFMG; Especialista em Ensino de Língua Inglesa pela UFMG e Mestre em estudos linguísticos pela UFMG, tendo utilizado instrumentos da Psicanálise Aplicada à Educação para análise dos dizeres dos professores voluntários da pesquisa. Colaboradora do programa Interfaces da Formação em Línguas Estrangeiras e pesquisadora dos temas bilinguismo e Educação Bilíngue.

Fernanda Peçanha

Universidade Federal de Minas Gerais

Doutoranda e Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015). Licenciada em Letras, habilitação em língua portuguesa (2004) e língua espanhola pela UFMG (2006). É professora do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COLTEC-UFMG). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Línguas Estrangeiras Modernas, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso francesa em interface com psicanálise, ensino de línguas estrangeiras, intercâmbio linguístico, internacionalização de experiências escolares e pluralidade cultural.

Resumo Geral

Discutir os efeitos da globalização no âmbito nacional e, sobretudo, regional é o objetivo desta coordenada que traz o tema do ensino e da aprendizagem de línguas adicionais no ponto de vista inter, senão transdisciplinar, uma vez que estando esse tema dentro da área de Linguística Aplicada, por si só já ultrapassa em muito o seu escopo de aplicação da linguística para dar conta do seu objeto. As ciências humanas oferecem inúmeras possibilidades para tratar do que se passa no contexto tanto da sala de aula quanto fora dela. Uma questão que nos toca primordialmente é o da constituição de subjetividades na dimensão do singular. Aprender uma língua estrangeira é sempre um pouco tornar-se outro. Valemo-nos, portanto, das explicações oferecidas pelos estudos do discurso, da enunciação e da psicanálise na sua interseção no campo da educação para interpretar enunciados de professores em formação ou em serviço, de modo a tratar questões que advêm da cultura, ou do social, mas que causam efeitos na singularidade do sujeito. O texto de Arabela Franco traz uma interpretação informada pela psicanálise para o tema do bilinguismo, enquanto apresenta um dispositivo forjado para sua pesquisa, o qual nomeou Conversational Round. Fernanda Peçanha expõe as representações do valor atribuído à língua espanhola no currículo escolar brasileiro a partir da análise dos dizeres de professores de espanhol e do texto integral da Lei nº 11.161/2005. Maralice Neves, que coordena esta mesa, expõe o dispositivo da Conversação em psicanálise e traz algumas análises para discutir o mal-estar nas escolas em tempos em que a formação oferecida pela universidade, voltada para a transmissão de conhecimento técnicos e teóricos, parece não ser suficiente para dar conta das fragilidades das relações intersubjetivas exigidas pela escola na contemporaneidade.

Resumo individual 1

Autora: Maralice de Souza Neves

Nesta comunicação apresentarei um dispositivo de pesquisa e intervenção conhecido por conversação, a exemplo do que é feito na psicanálise aplicada à educação, com o fim de oferecer a palavra nas escolas regulares do ensino básico não só a professores e equipe gestora, mas também aos alunos que são considerados motivos de queixas. Trata-se de uma ação de extensão aliada à pesquisa já usada em diversas regiões do Brasil por pesquisadores em psicanálise e educação. As conversações, em número de 3 a 5, são conduzidas nas escolas a partir de uma demanda específica em relação a algum tipo de mal-estar, em geral voltados para o comportamento 'incontrolável' de alunos, de modo que o pesquisador ou os responsáveis pela coordenação das conversações fazem circular a palavra entre os participantes e com sua escuta intervêm nos dizeres que levam às queixas. Essa intervenção faz deslizar os significantes que cristalizam certas identificações. É passível de emergir nos dizeres o inominável, o resto, chamado pelo psicanalista Jacques Lacan de objeto a. Lugar da falta no sujeito, este é rejeitado por ser o causador do mal-estar. É aí que a psicanálise contribui ao dar relevância ao modo singular de cada pessoa lidar com as determinações sociais e com seu desejo, utilizando-se de um modo particular de regular o seu gozo em relação ao que nomeia como o seu desconforto. De um projeto em andamento, trarei uma análise parcial obtida num projeto de conversação em uma escola municipal que ilustra alguns possíveis deslocamentos nos dizeres e, talvez, outras posições tomadas pelos participantes em função das conversações feitas até agora, já que os efeitos se dão sempre a posteriori.

Resumo individual 2

Autora: Arabela Vieira dos Santos Silva e Franco

A classificação de um indivíduo enquanto bilíngue pressupõe que haja a relação de pelo menos duas línguas, tendo sido elas aprendidas concomitantes, ou não. A partir desse pressuposto, muitas são as definições de bilinguismo propostas pela linguística, contudo, a partir de um olhar psicanalítico, a relação com as línguas afetará cada sujeito de forma singular pois "o encontro com a língua estrangeira faz vir à consciência alguma coisa do laço muito específico que mantemos com nossa língua" (REVUZ, 1998, p.215). Assim, o propósito desse trabalho foi permitir que professores de inglês participantes de um programa de formação continuada pudessem falar, em encontros que chamamos de Conversational Rounds (CRs), dessas relações com as línguas portuguesa e inglesa de forma a propiciar ensejos de associação livre de significantes compartilhados pelo grupo sobre o que é ser bilíngue, promovendo, possivelmente deslocamentos subjetivos de suas identificações com o tema. Os CRs se dão mediante a demanda do grupo, mas atenta-se para a singularidade de cada sujeito. Como exemplo, nos encontros que constituíram o corpus de minha pesquisa de mestrado, os participantes puderam se expressar através da fala e da escrita na língua que desejassem. Os professores conversaram, leram textos, fizeram representações imagéticas, assistiram vídeos, fizeram testes de proficiência e responderam à diversas perguntas que surgiram durante os encontros. Ao término da sucessão de 4 encontros, foram analisados os dizeres de uma professora e, embora não tenham sido identificados deslocamentos subjetivos, pode-se constatar que seus dizeres, apontam para diferentes laços sociais nos quais ela se posiciona, ou não, como bilíngue. Conclui-se então que os CRs podem ser eficazes para promoverem associações coletivizadas e como instrumental eficiente para formação de corpus na linguística aplicada.

Resumo individual 3

Autora: Fernanda Peçanha

No contexto da globalização em sua dimensão nacional desenvolvi uma pesquisa, inserida na Linguística Aplicada, que teve como objetivo geral investigar representações dos sujeitos-professores de espanhol sobre a Lei 11.161/2005 e seus efeitos de sentido no processo de ensino da Língua Espanhola e na constituição subjetiva do professor. O curso teórico-metodológico foi desenvolvido a partir do corpus de pesquisa constituído por dizeres de professores de espanhol e do texto integral da Lei Nº 11.161/2005. O aporte teórico está ancorado na Análise de Discurso franco-brasileira que parte dos estudos pecheutianos em interface com a psicanálise lacaniana. Empregou-se como dispositivo de análise dos fatos linguísticos de nosso corpus a interpretação (ORLANDI, 2012), as ressonâncias discursivas (SERRANI-INFANTE, 1998), as noções de intra e interdiscurso (PÊCHEUX, 1974), algumas modalidades de heterogeneidade enunciativa (AUTHIER-REVUZ, 1998, 2004) e noções tomadas da psicanálise. Dialoguei também com conceitos referentes aos estudos culturais sobre globalização e pós-modernidade. Ao identificar as representações sobre a língua como valor na dimensão do espaço escolar, por um lado, deparei o efeito de militância; por outro lado, indícios da desresponsabilização do sujeito-professor. Na análise dessas representações, vislumbrou-se como os modos de gozo incidem na constituição subjetiva dos

professores, mortificando-os através das queixas ou vivificando-os através das ideias criativas. As representações do valor atribuído à língua no currículo da escola deslizam entre o campo semântico da relevância e o da irrelevância, e sobre o valor da disciplina Língua Espanhola para os estudantes, são empregados enunciados que remetem à língua para a comunicação e de valor quantitativo. O valor do E/LE é representado como mais uma língua para um repertório global de línguas, imaginariamente, demandado pelo mercado de trabalho.

Sessão: CC_04H	
Horário: 06/10/2016 das 17:00h às 18:30h	
Local: Sala 4109 da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)	
Título da comunicação coordenada (submissão 97)	
Violência Simbólica e Juventude: espaços livres e espaços confinados no plano discursivo da cidade	
Eixo temático: Espaço urbano e violência	
Participantes	Afiliação
Andréa Máris Campos Guerra (Coordenadora)	Universidade Federal De Minas Gerais
Psicóloga e Bacharel em Direito. Psicanalista. Professora do Programa de Pós Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais	
Lisley Braun Toniolo	Universidade Federal De Minas Gerais
Psicóloga e Doutoranda em Estudos Psicanalíticos pela UFMG	
Amanda Malta	Universidade Federal De Minas Gerais
Aluna de Psicologia e Bolsista de Extensão do Projeto Já É pela UFMG	
Elisa de Santa Cecília Massa	Universidade Federal De Minas Gerais
Elisa de Santa Cecília Massa é psicóloga, psicanalista, mestre em Estudos Psicanalíticos pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutoranda em Estudos Psicanalíticos pela mesma instituição. Atualmente, responde pela Diretoria de Orientação Socioeducativa Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), do Governo do Estado de Minas Gerais.	
Eveline Correa Miranda Araújo	Universidade Federal De Minas Gerais
Eveline Correa Miranda Araújo é psicóloga, mestranda em Estudos Psicanalíticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalha na Diretoria de Saúde e Articulação da Rede Social na Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), do Governo do Estado de Minas Gerais.	
Raquel de Melo Marinho	Universidade Federal De Minas Gerais
Psicóloga, psicanalista, mestre em psicologia social pela PUC-SP e doutoranda em Estudos Psicanalíticos pela UFMG sob orientação de Andréa Guerra.	
Lorena Vianna de Oliveira	Universidade Federal De Minas Gerais
Psicóloga com ênfase em processos clínicos e mestranda em Estudos Psicanalíticos pela UFMG sob orientação de Andréa Guerra.	
Resumo Geral	
Entendendo as múltiplas formas de violência que o jovem – homem, negro e pobre – sofre no Brasil, especialmente com o processo de criminalização da pobreza e com a tanatopolítica de fundo racial, discutiremos três de seus aspectos. Partimos do pressuposto de que a violência subjetiva é aquela visível num grau zero de violência e exercida por agentes sociais identificáveis, enquanto a violência objetiva é entendida como aquela inerente ao estado normal das coisas, invisível e normatizada socialmente. Ela se articula num ciclo entre a violência sistêmica – instalada no interior do sistema capitalista – e a violência simbólica – encarnada na	

linguagem e concernente à imposição de um certo universo de sentido que justifica e legitima formas de dominação. No primeiro texto, discutiremos como a violência se presentifica na apropriação da cidade contemporânea, partida em suas fronteiras, por um jovem de periferia, materializando modos circunscritos de acessibilidade em uma sociedade capitalista. No segundo, discutiremos como o confinamento em uma medida socioeducativa de privação de liberdade é confrontado com as saídas dos jovens para realização de atividades externas, analisando quais as consequências subjetivas e simbólicas desse ir e vir. Finalmente, tomaremos o discurso sobre o menor, ainda presente na sociedade brasileira, mesmo depois de instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente com a ideia de proteção de direitos e de sujeito em desenvolvimento, o que nos permite pensar além do efeito de subjetivação, o efeito político, de localização discursiva que as diferentes formas de violência podem produzir sobre um corpo jovem.

Resumo individual 1

Autores: Lislely Braun Toniolo e Amanda Malta

A violência nas grandes cidades ocupa uma das principais pautas na contemporaneidade, o que podemos constatar, por exemplo, na expressividade dos dados estatísticos, no bombardeamento midiático, em nossa experiência na clínica com adolescentes e jovens. Ao mesmo tempo, somos alardeados pela mídia sobre a problemática do adolescente autor de ato infracional, que em suas manchetes comumente aparece como protagonista da violência urbana. Os encontros entre adolescência, violência e cidade apresentam-se multifacetados, e investigá-los para além das evidências estatísticas e midiáticas é o objetivo dessa comunicação, fruto de uma dissertação de mestrado. Assim, servimo-nos da psicanálise lacaniana, do urbanismo e da sociologia para sondar esse complexo terreno, onde pudemos verificar que, se por um lado a psicanálise situa a violência e a agressividade como constitutivos da experiência humana, por outro, deparamo-nos com uma cidade cujas linhas delimitam fronteiras (in)visíveis, materializando os modos de se viver em uma sociedade capitalista na contemporaneidade. Nesse sentido, um paradoxo se presentifica, quando observamos um sistema socioeducativo repleto de jovens negros e pobres, ao mesmo tempo em que estamos advertidos de que a violência não lhes é restrita. Esse cenário levou-nos a investigar os encontros entre adolescência e violência na cidade, a partir do olhar de um adolescente negro, morador de periferia belorizontina. Ao lado desse jovem, vimos que toda forma de composição de um corpo será atravessada por essa experiência real, de onde a linguagem constitui um saber possível, mas não todo capaz de codificar o vivido na experiência urbana. Daí nascem as coordenadas inconscientes para ocupação de cidade - camada subjetiva que será atravessada pelas condições objetivas do espaço urbano. O jovem nos apresenta sua composição de uma cidade única e subjetiva, não sem os muros e portas dos fundos que se colocam em seu caminho e de muitos outros jovens da periferia belorizontina.

Resumo individual 2

Autores: Elisa de Santa Cecília Massa e Eveline Correa Miranda Araújo

Este trabalho pretende discutir, a partir do contexto da execução da medida socioeducativa de privação de liberdade no Estado de Minas Gerais, os encontros dos adolescentes em cumprimento de medida com os diversos espaços da cidade. O artigo 121, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define que, durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação, “será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário”. (Brasil, 1990). No contexto do Estado de Minas Gerais, as atividades externas são ações previstas para os adolescentes em cumprimento de medida; um momento de reencontro com a liberdade e um índice a respeito do processo socioeducativo em andamento. A partir desse ponto, surgem diversos impasses: ao visitar a família, por exemplo, o adolescente pode se deparar com uma realidade difícil, e a partir disso, questionar sobre seu lugar e função nessa família. Ao reencontrar seus “parceiros” no território, com os quais mantinha fortes laços, pode passar a se interrogar sobre suas escolhas. Ou ainda, no contexto da atenção à saúde, por vezes profissionais da rede solicitam que o adolescente seja algemado para realizar o atendimento, ou até mesmo se recusam a atendê-lo pelo fato de se tratar de um “preso”. A complexidade das questões que atravessam esse reencontro com a liberdade na medida de internação envolve as respostas construídas pelos adolescentes e os impasses por vezes encontrados em relação à rede. Perguntas importantes se colocam: quais os efeitos desse encontro com a liberdade, por meio de atividades externas, para um adolescente que está em um contexto de privação de liberdade? E ainda, como a rede pode possibilitar que o exercício dessa liberdade tenha efeitos de cidadania para este adolescente?

Resumo individual 3

Autores: Raquel de Melo Marinho e Lorena Vianna de Oliveira

No contexto da globalização em sua dimensão nacional desenvolvi uma pesquisa, inserida na Linguística Aplicada, que teve como objetivo geral investigar representações dos sujeitos-professores de espanhol sobre a Lei 11.161/2005 e seus efeitos de sentido no processo de ensino da Língua Espanhola e na constituição subjetiva do professor. O percurso teórico-metodológico foi desenvolvido a partir do corpus de pesquisa constituído por dizeres de professores de espanhol e do texto integral da Lei Nº11.161/2005. O aporte teórico está ancorado na Análise de Discurso franco-brasileira que parte dos estudos pecheutianos em interface com a psicanálise lacaniana. Empregou-se como dispositivo de análise dos fatos linguísticos de nosso corpus a interpretação (ORLANDI, 2012), as ressonâncias discursivas (SERRANI-INFANTE, 1998), as noções de intra e interdiscurso (PÊCHEUX, 1974), algumas modalidades de heterogeneidade enunciativa (AUTHIER-REVUZ, 1998, 2004) e noções tomadas da psicanálise. Dialoguei também com conceitos referentes aos estudos culturais sobre globalização e pós-modernidade. Ao identificar as representações sobre a língua como valor na dimensão do espaço escolar, por um lado, depreenhei o efeito de militância; por outro lado, indícios da desresponsabilização do sujeito-professor. Na análise dessas representações, vislumbrou-se como os modos de gozo incidem na constituição subjetiva dos professores, mortificando-os através das queixas ou vivificando-os através das ideias criativas. As representações do valor atribuído à língua no currículo da escola deslizam entre o campo semântico da relevância e o da irrelevância, e sobre o valor da disciplina Língua Espanhola para os estudantes, são empregados enunciados que remetem à língua para a comunicação e de valor quantitativo. O valor do E/LE é representado como mais uma língua para um repertório global de línguas, imaginariamente, demandado pelo mercado de trabalho. No Brasil, até 1990, não havia uma legislação voltada à infância e à adolescência, e sim para o “menor”, que se restringia à pessoa com idade até dezoito anos incompletos e de classe pobre. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) inova ao se atribuir a todas e quaisquer crianças e adolescentes brasileiros. E ainda ao afirmá-los como sujeitos de direitos, o que implica também de responsabilidades e que se difere substancialmente da condição passada: uma condição menor, de inferioridade, pois de meros objetos de intervenção. Contudo, segundo o jurista Emílio Garcia Méndez, o ECA vem sofrendo duas crises: uma de implementação e uma de interpretação, causadas pela não assimilação da condição de adolescente – mas também de criança –, enquanto sujeito de direitos. Em outros termos, inúmeras dificuldades nas práticas da legislação vêm sendo provocadas pela não superação da ideia de menores de idade no Brasil. O presente trabalho primeiro busca apresentar a mudança de concepção de menores de idade na legislação, que pouco se realiza no cotidiano social e político, para em seguida analisar o lugar do adolescente no contemporâneo, a partir da nomeação “menor/de menor”. Para tanto, será utilizada a teoria lacaniana dos discursos, que possibilita averiguar as mudanças de posição dos sujeitos, a transição entre diferentes lugares e suas decorrências, o que nos permite pensar além do efeito de subjetivação, o efeito político, de localização discursiva.